

HERANÇA AÇORIANA E TURISMO NA ILHA DE SANTA CATARINA

Hoyêdo Nunes Lins*

RESUMO

Este texto contém uma versão resumida de parte do relatório da pesquisa intitulada "A sócio-economia do turismo: investigação sobre o crescimento turístico recente em Florianópolis e algumas de suas implicações" (Lins, 1991). Realizado entre 1989 e 1990, no âmbito do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC, o estudo buscava fornecer uma idéia geral sobre as consequências da "explosão" da atividade turística local na década de 80.

Como pano de fundo, observava-se a efetiva consolidação do setor turístico em escala mundial desde o Segundo Pós-Guerra, quer em termos de contingentes envolvidos, quer em nível de resultados econômicos. Percebia-se também que o Brasil inseriu-se de modo cada vez mais positivo nessa tendência global: a evolução da Conta Turismo, no Balanço de Pagamentos nacional, para uma condição superavitária entre os anos 70 e 80 sugeria que o país galgara posições na geografia dos fluxos turísticos internacionais.

Santa Catarina e, particularmente, Florianópolis sem dúvida acompanharam a trajetória brasileira: no transcorrer da década passada Florianópolis observou um crescimento dos pernoites turísticos, no período de verão, de 890 mil em 1980/81 para mais de 3 milhões em 1989/90, com expressiva presença de visitantes estrangeiros (Lins, 1991). Na verdade, a capital catarinense parece ter experimentado uma evolução mais destacada que a média do país, haja vista que passou a figurar entre as cidades mais visitadas, em certas ocasiões até mesmo à frente de núcleos turísticos melhor consolidados como Salvador e Recife (EMBRATUR, 1989).

O turismo em Florianópolis é o objeto geral dos parágrafos que seguem. Em termos específicos, são enfocados alguns aspectos da expansão do turismo na Barra da Lagoa, localidade situada na Costa Leste da Ilha de Santa Catarina, distante cerca de 20 km em relação ao núcleo urbano principal do município.

* Professor Doutor, Titular do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC.

As questões abordadas enfeixam-se em torno da problemática relativa à transformação de estruturas sócio-econômicas locais em associação com o fenômeno turístico. Conforme enfatizam diversos estudos, principalmente sobre países em desenvolvimento, o crescimento turístico não é desprovido de consequências. Tanto assim que os impactos nos núcleos receptores em termos de estrutura da economia, ocupação de mão-de-obra, hábitos e costumes e meio-ambiente perfilam-se como temas de assídua freqüência em análises sobre regiões que apostaram no turismo. O motivo é que tais temas correspondem a aspectos da vida destas áreas em relação aos quais tem sido notado o grosso das consequências relacionadas às chegadas em massa de pessoas ávidas por "consumir" as belezas naturais e o exotismo de lugares distantes (Bonald, 1984; Bouhdiba, 1981; Boulon, 1980; Kadt, 1981; Krippendorf, 1989; Madeley, 1987; Saal, 1987).

O artigo está organizado em três partes. A primeira caracteriza a área objeto no contexto dos núcleos litorâneos da Ilha de Santa Catarina. A segunda enfoca algumas implicações do turismo na Barra da Lagoa. A última problematiza a experiência turística local.

Além de pesquisa bibliográfica sobre desenvolvimento turístico e seus efeitos, de um lado, e sobre aspectos da história e do cotidiano das localidades litorâneas da Ilha de Santa Catarina, de outro, o trabalho envolveu basicamente pesquisa de campo. Esta se deu com entrevistas de perguntas abertas junto aos habitantes, principalmente aqueles mais idosos, que poderiam registrar um largo período de observação da trajetória local, e aos representantes da oferta de serviços de hospedagem e alimentação.¹ Realizadas no verão de 1989/90, as entrevistas foram estruturadas de modo a abranger alguns assuntos específicos. Com os moradores, privilegiaram-se assuntos como evolução das formas de ocupação da mão-de-obra, "pressão" sobre a terra, paralelamente à descoberta da Barra pelos turistas, e mudanças nos hábitos e costumes locais. Junto aos empresários do turismo, foram o número e a origem dos empregados, as tarefas por estes realizadas, a origem geográfica dos fornecedores e dos proprietários e/ou arrendatários dos negócios e os efeitos da sazonalidade sobre as atividades, que constituíram o foco central de interesse.

A idéia subjacente era detectar as tendências na localidade relativamente aos assuntos focalizados. À quantificação, que exigiria um exaustivo levantamento através de formulários que pouco captariam do dia-a-dia local e das impressões dos moradores sobre o fato turístico, preferiu-se o testemunho

¹ Os estabelecimentos pesquisados foram os seguintes: Hotel Gaivota, Hotel Residencial Barra da Lagoa, Apart-Hotel Ilhabela, Mini-Hotel Caiçara, Mini-Hotel Dois Irmãos, Hotel-Camping Duvalerim, Pousada Moçambique, Hotel-Restaurante Cabanas, Camping da Barra, Restaurante Manos, Restaurante Dois Irmãos, Restaurante Ilhabela, Restaurante Meu Cantinho, Lanchonete-Pizzaria Riosulense, Bar Castelo, Sorveteria Costeira.

de quem vivenciou a trajetória da comunidade. Pretendeu-se, assim, que a "leitura" por parte daqueles observadores privilegiados embasasse a "leitura" do pesquisador.

Uma palavra sobre a escolha da localidade mostra-se necessária. Na base estava a convicção de que, no final dos anos 80, não era muito avançado o estágio ocupado pela Barra na transição entre comunidade pesqueira e estação balneária. Outras localidades da Ilha alcançadas pelo turismo já haviam cumprido este processo de forma praticamente integral, com o desaparecimento (ou quase) dos atributos locais. Assim, era a "mistura de vila de pescadores com balneário" (Jornal do Brasil, 27/12/89, Cad. Viagem, p. 7) que fazia daquele núcleo um laboratório em potencial para o tipo de estudo que se tinha em mente.

BARRA DA LAGOA: VISITA A UMA HERANÇA AÇORIANA

Notas sobre a origem

O que singularizava a Barra da Lagoa no final da década passada era o fato da localidade integrar o reduzido grupo de vilarejos do interior da Ilha de Santa Catarina em que os traços históricos não haviam ainda desaparecido totalmente. A sua origem confunde-se com a de tantos outros núcleos litorâneos da região, longínqua tanto na distância como no tempo: arquipélago dos Açores, no essencial, e segunda metade do século XVIII, respectivamente.

Mas foi somente a segunda leva de povoadores do litoral catarinense que teve nos Açores a sua base. No século anterior ao da chegada dos açorianos, eram vicentistas os núcleos de povoamento existentes, criados a partir da convergência dos objetivos da Coroa Portuguesa no tocante à ocupação das terras no Sul do Brasil e ao descongestionamento de uma capitania de São Vicente vista como superpovoada (Cabral, 1971). Neste movimento surgiram Nossa Senhora do Rio São Francisco, no litoral Norte do Estado, a pôvoa do Desterro, na Ilha de Santa Catarina, e Santo Antônio dos Anjos da Laguna, ao Sul.

O êxodo dos açorianos teve motivações semelhantes às da vinda dos ocupantes pioneiros. Oferecendo a chance de, com uma só providência, enquadrar tanto o problema do superpovoamento do arquipélago como o do suprimento de ocupantes para o Sul do Brasil, o pedido dos habitantes das ilhas, de que lhes fosse permitido emigrar, teve como resposta a organização de uma transferência verdadeiramente em massa. Deste modo, entre 1748 e 1756, cerca de 4.500 pessoas migraram para terras brasileiras (Cabral, 1951).

A origem das localidades litorâneas da Ilha de Santa Catarina deve ser relacionada à forma como os açorianos foram distribuídos no espaço em questão. Várzea (1985) assinala que as "freguesias e arraiais da Ilha foram-se

constituindo como uma irradiação do Desterro e à maneira como esta povoação se desenvolvia" (p. 83).

"(...) a distribuição foi feita, inicialmente, em torno da vila de Nossa Senhora do Desterro e, posteriormente, em direção às suas extremidades norte e sul. Os primeiros casais, ao que parece, teriam sido localizados nos caminhos que faziam a volta ao morro que limita a vila a leste, fazendo o seu contorno. As encostas do mesmo morro (...) foram sendo igualmente povoadas e, do outro lado, na encosta que olha para leste, formou-se a freguesia mais tarde denominada da Santíssima Trindade de Trás do Morro.

Seguiram-se, para o norte, Santo Antônio (N. Sra. das Necessidades) e Canasvieiras (São João Batista). Mais tarde, procurando o outro lado da Ilha, frente ao oceano, Lagoa (Nossa Senhora da Conceição) e Rio Tavares (Rio de Miguel Tavares). Para o sul, Ribeirão (Nossa Senhora da Lapa)..." (Cabral, 1951, p.30).

A secular progressividade no avanço do povoamento, de forma centrífuga a partir do Desterro, pode ser observada também nos relatos dos viajantes estrangeiros que passaram pela Ilha nos séculos XVIII e XIX, conforme coletânea organizada por Berger (1979).

Em 1712 a Ilha era vista por Frézier como "uma floresta contínua de árvores verdes o ano inteiro, não se encontrando (...) outros sítios praticáveis a não ser os desbravados em torno das habitações, isto é, 12 ou 15 sítios dispersos aqui e acolá à beira mar nas pequenas enseadas fronteiras à terra firme" (p. 20). Em 1763, após o principal das transferências de açorianos, o também francês Dom Pernetty constatava que, "exceção feita à pequena vila onde reside o governador, só existem algumas pequenas casas espalhadas pela costa, com a ilha inteira se parecendo com uma vasta floresta" (p. 91). Referências a uma efetiva ocupação só apareceriam no relato do inglês Mawe, onde se lê que em 1807 a "ilha divide-se em quatro paróquias: 1a., Nossa Senhora do Desterro; 2a., Santo Antônio; 3a., Lagoa; 4a., Ribeirão" (p. 204). Em 1822, entretanto, já existiam assentamentos com alguma estrutura: baseado no que viu entre o núcleo do Desterro e, provavelmente, localidades como Canasvieiras e Ribeirão, o francês Duperrey observava que a "costa da Ilha de Santa Catarina que forma a parte oriental da baía apresenta o mesmo aspecto que o do continente; mas as habitações são maiores, mais bem construídas e mobiliadas com mais luxo: aí se vê a terra mais desbravada, plantações de milho e de mandioca mais consideráveis, arrozais mais extensos (...)" (p. 276).

Portanto, parece lógico considerar que a Barra da Lagoa surgiu como um prolongamento da pôvoa de Nossa Senhora da Conceição, às margens da lagoa que hoje ostenta o mesmo nome. Tanto a Barra da Lagoa quanto outras localidades mais ou menos próximas, como São João do Rio Vermelho (Lupi e Lupi, s/d). E não parece fora de propósito admitir que a instalação de um povoado no lugar onde encontra-se a Barra tem a ver com a própria existência do canal (de cerca de 2,5 km) que une a Lagoa da Conceição ao Oceano Atlântico: a localidade deve ter se desenvolvido em virtude do tráfego dos habitantes de Nossa Senhora da Conceição entre a lagoa e o mar.

A faina de outrora nos núcleos litorâneos da Ilha de Santa Catarina

O que caracterizava o cotidiano das localidades litorâneas, no que respeita à economia? De manufatura, muito pouco havia, mesmo no núcleo do Desterro. Algumas iniciativas foram registradas em, por exemplo, tecelagem, curtumes, olarias, gasosas, sabão e velas e açúcar. Entretanto, na esmagadora maioria, nada muito duradouro e com robustez face a competidores externos (Cabral, 1972).

Nas localidades do interior da Ilha, contudo, um certo grau de auto-suficiência era necessário, tendo em vista as precárias condições de acesso ao núcleo principal. Sobre Nossa Senhora da Conceição, Duperrey assinalava, no início do século passado, a existência de uma "cultura do linho e da cana de açúcar (...) bastante desenvolvida (...)" (In: Berger, 1979, p. 279). Bem mais tarde, na passagem para o século XX, Várzea (1985) salientaria que "na freguesia da Lagoa - a mais próspera do Desterro - a cultura do algodão e do linho tem um certo valor (...)" (p. 216): nessa localidade se "cultivava em grande o linho (...), que era aí mesmo tecido em teares rudimentares e primitivos. (...). [É] neles que se fazem os tecidos comuns de algodão, branco ou a cores, utilizados para toalhas, guardanapos, colchas, etc., e os chamados ris-cados que são vendidos em 'cortes', e de que se vestem os roceiros em geral" (op. cit., p. 96-97).

Entretanto, o principal do esforço produtivo nas localidades litorâneas residia na agricultura e na pesca. Lavradores e pescadores parecem assim as designações que mais acertadamente descrevem o tipo de ocupação predominante nas pôvoas do interior da Ilha, quer dizer, a marca do próprio dia-a-dia dos habitantes.

Vale ressaltar, de qualquer modo, que se é verdade que pesca e agricultura necessitam ser enfocadas de forma complementar, isso não significa que ambas gozaram da mesma importância no cotidiano das comunidades. Segundo Beck (1983), até o final do século XVIII a pesca revestiu-se da condição de atividade secundária, tendo vicentistas e açorianos se engajado muito mais numa agricultura de subsistência, baseada na pequena propriedade pri-

vada e no trabalho familiar. Os açorianos chegaram mesmo a desenvolver uma policultura que não só propiciou a auto-suficiência do litoral catarinense em alimentos, como também garantiu, na Ilha de Santa Catarina, a exportação de diversos produtos.

Somente na segunda metade do século XIX é que a pesca teria assumido maior importância. Uma atividade pesqueira em que as perspectivas comerciais ganharam vulto passou a marcar a relação entre o habitante do litoral e o mar, em contraste com a situação, até então predominante, que mereceu do alemão Langsdorff, em 1803, a observação de que "quase todos os moradores da costa pescam para seu sustento próprio e pouco vendem" (In: Berger, 1979, p. 175). A maior importância comercial adquirida pelo peixe provocou a intensificação da atividade, à qual passaram a se dedicar sazonalmente aqueles que, até então, eram fundamentalmente agricultores (Beck, 1979).

Paralelamente àquele processo, modificou-se a atividade agrícola, até então caracterizada pela policultura. O século XIX assistiria à predominância da farinha de mandioca na pauta de exportações da Província de Santa Catarina, através do porto do Desterro (Hubener, 1979). Isto sugere que a mandioca, cuja farinha permitiu elevar a Ilha à condição de principal centro de abastecimento de embarcações desde o início do povoamento (Piazza, 1956), "foi, de todos os produtos [agrícolas locais], o que não apresentou sinais de decadência" (Cabral, 1951, 75), em meio ao que se qualificou como o fracasso agrícola do açoriano.

Mas talvez a principal indicação sobre as mudanças experimentadas pela agricultura local, sobretudo no último quartel daquele século, seja a fornecida por Várzea (1985), em 1900:

"Em toda a comarca do Desterro, que abrange (...) as seis freguesias da Ilha e seus arraiais, a produção de café é avultada, chegando não só para o consumo de seus habitantes, como para uma regular exportação para o Rio da Prata e praças europeias" (pp. 225-226).

(...)

"De sorte que hoje, pode dizer-se sem exageração, a bela Ilha do Sul se acha transformada num imenso cafezal" (p. 221), cuja cultura "esmagou todas as outras (...), até mesmo a da mandioca, que não é mais o que fora (...)" (p. 216).

Os traços mais importantes com os quais as localidades litorâneas adentraram o século XX podem ser considerados fruto da confluência das duas tendências referidas: a regressão da atividade agrícola e a intensificação da pesca. Apesar disso, parece válido considerar que, até há algum tempo,

pesca e agricultura eram de alguma forma complementares nos núcleos do interior da Ilha, justificando indicar que "o agricultor é pescador e vice-versa" (Santos, 1971, p. 49).

A Barra da Lagoa no período recente

Nos tempos atuais, na maioria dos núcleos litorâneos da região, o duplo caráter de pescador e agricultor é cada vez menos observado, e isso já há algum tempo. Aspecto importante para a caracterização destas localidades, a complementaridade entre pesca e agricultura apresenta ao longo das décadas forte tendência à diminuição, quiçá ao desaparecimento.

Já desde a primeira metade do século o habitante do litoral mostrava-se inclinado a abandonar a lavoura. O esgotamento do solo, as pragas e, como corolário, as baixas rendas auferidas estimulavam-no a despojar-se da condição de agricultor, ensejando uma "especialização" na pesca (Diegues, 1983). A própria inserção das comunidades numa economia monetizada teve influência no processo que transformou a agricultura em atividade subsidiária da pesca: por exemplo, os alimentos passaram a ser adquiridos, em detrimento da produção na órbita da economia familiar. Entretanto, a ruptura entre a pesca e a agricultura parece ter sido aprofundada sobretudo pela intensificação do trabalho remunerado na primeira, com a substituição da pesca realizada no interior das unidades familiares e/ou de vizinhança por aquela caracterizada pela separação entre capital e força de trabalho. O resultado foi um amplo e crescente engajamento do agricultor à pesca, via de regra na condição de "camarada" (Beck, 1980): como participante que, contra "remuneração" em partes da captura, trabalha com os equipamento e utensílios de um dono-de-rede e/ou dono-de-embarcação.

A trajetória recente da Barra da Lagoa permite observar características da evolução de diversos outros núcleos litorâneos da Ilha. Na atualidade, pode-se ainda referi-la como uma vila onde habitam pescadores, os quais seriam exclusivamente pescadores. Outrora, tratava-se de uma comunidade de lavradores que também se dedicavam à pesca, como assinalam alguns moradores antigos em relatos cujas minúcias quase permitem enxergar os arredores repletos de plantações, como se verá mais adiante. A transformação lá observada foi muito mais radical do que na localidade próxima de Rio Vermelho, por exemplo, que até recentemente conservava atividades de produção de leite e, sobretudo, de farinha de mandioca (Santos, 1963). A localização imediatamente à beira-mar, diferentemente desta outra comunidade, foi certamente decisiva na metamorfose observada na Barra da Lagoa.

No final dos anos 80 a Barra sobressaía entre os núcleos litorâneos da Ilha pela melhor conservação dos "atributos tradicionais". Conforme matéria de divulgação na imprensa, a localidade não somente "abriga a maior colônia

de pescadores da Ilha de Santa Catarina", como "conserva quase intactas as características dos imigrantes açorianos" (Diário Catarinense, 7/2/90, C. V., p. 10). Embora o "quase intactas" seja um exagero, a ênfase sugere o que de fato representa, em termos de "reserva" histórico-cultural relacionada com os primórdios do povoamento da região pelo homem branco, a existência de um vilarejo abrigando uma das maiores concentrações de pescadores da Ilha. Em 1989, conforme registros e também informações colhidas em campo, eram 150 na ativa e em dia com a anuidade da Colônia de Pescadores Z-11, cerca de 1/4 do total do município de Florianópolis.

Não obstante alguns dos pescadores da Barra trabalharem embarcados em locais como Santos, em São Paulo, e Rio Grande, no Rio Grande do Sul, a maioria é praticante da pesca artesanal. Esta, conforme Rios (1976), constitui uma "atividade econômica caracterizada pelo emprego de embarcações e equipamentos de pesca rústicos (...) [, que] (...) não se organiza em grande escala, (...) [e onde se verifica a presença de] proprietários de embarcações mas não de frotas. Em geral o proprietário da embarcação também é um dos pescadores e as relações afetivas predominam (...). Não há vínculo empregatício entre os tripulantes e o proprietário (...) [e a] remuneração ao tripulante não se dá em dinheiro mas 'in natura', pelo sistema de meação" (p. 397).

Nos anos 60 realizou-se um estudo que classificou as comunidades pesqueiras de Santa Catarina conforme o grau de evolução em termos de, principalmente, modernização dos equipamentos e de aproveitamento do produto (Lago, 1967). Constataram-se na Barra da Lagoa "melhorias pouco sensíveis na capacidade de captura; ausência (...) de mudanças na tecnologia de estabelecimentos locais de aproveitamento industrial. Comercialização crescente mas reduzido afluxo de renda aos pescadores não detentores de grandes redes e embarcações [, sendo a comercialização] (...) fortemente controlada por intermediários" (p. 38). De acordo com depoimentos de pescadores, colhidos na pesquisa de campo que subsidiou o estudo que ora se expõe, pode-se considerar que a situação da pesca na comunidade pouco se alterou desde aquela época, conforme se indicará mais tarde.

Em suma, estava-se, no final dos anos 80, diante de uma herança da colonização açoriana na Ilha de Santa Catarina onde observavam-se traços importantes das atividades e costumes ditos tradicionais. Entretanto, após a melhoria do acesso, poder-se-ia referir a um quase bairro de Florianópolis, adotado até mesmo, e cada vez mais, como local de moradia por pessoas de origens diversas. Isto implica uma crescente diversidade na estrutura ocupacional da população do lugarejo, pois, além do gradativo abandono da pesca pelos próprios moradores nativos, como ficará evidenciado mais tarde, os recém chegados não se engajam em quaisquer atividades tradicionais. Tendo em vista a significativa redução do tempo de deslocamento entre o povoado e Florianópolis, tal aspecto induz a pensar que parcela substancial da população

local que trabalha encontra-se ocupada no núcleo urbano principal do município.

Entretanto, pouco a pouco, um outro fator de transformação afirma-se como de relevância crescente: o turismo.

Turismo: fenômeno dos anos 80

O turismo é um fenômeno até certo ponto recente na Barra da Lagoa. Alguns moradores falam da intensificação do afluxo turístico desde meados dos anos 80. Porém, parece que o marco foi a melhoria do acesso, com o asfaltamento da estrada desde a Lagoa da Conceição e a complementação do circuito rodoviário na porção Nordeste da Ilha, integrando-a aos balneários da Costa Norte.

Até então, eram principalmente de Florianópolis os freqüentadores da localidade: atraídos pela calma (a Barra mostrava-se em contraponto à agitação da relativamente próxima praia da Joaquina, por exemplo), por um certo exotismo (que até meados dos anos 80 correspondia a um pouco mais do que uma simples forma de marketing turístico local) e por terrenos menos caros do que nas praias do Norte da Ilha (já que a Barra não era ainda tão "valorizada"), florianopolitanos de melhor poder aquisitivo construíram residências de veraneio e adotaram o local para férias e fins de semana prolongados.

Assim, enquanto o trecho Canasvieiras-Ponta das Canas-Lagoinha, no Norte da Ilha, consolidou-se desde logo no turismo regional, atraindo inclusive muitos argentinos, localidades como a Barra da Lagoa permaneceram algum tempo à margem do grosso do fluxo. Ao longo dos anos 80, entretanto, especialmente na segunda metade, a melhoria do acesso, talvez conjugada com a perspectiva de um lazer menos "feérico" e menos caro do que, por exemplo, em Canasvieiras, contribuiu para uma efetiva "descoberta" do local pelos turistas.

A referida "descoberta" pode ser percebida de diversas formas. Uma diz respeito ao espaço edificado, que não apenas se estendeu, como também se adensou. No interior de um acelerado processo de aumento das construções nos balneários da Ilha, loteamentos foram (e continuam sendo) implantados e casas foram construídas, tanto nos novos lotes criados quanto nos antigos terrenos. Ou seja, conforme a percepção dos próprios moradores, a Barra da Lagoa "cresceu" nos últimos anos, tanto que, segundo um ex-pescador, *"antigamente a gente contava as casinhas aqui; agora é tanta gente de fora, que você nem sabe as pessoas que moram..."*.

Outra manifestação daquela "descoberta" é a proliferação de novas atividades. Alguém que, após dez anos de ausência, percorresse o vilarejo numa temporada de verão deste início de década de 90, com certeza se admiraria

com a quantidade de indicações de hotéis, pousadas, restaurantes, bares e similares. A partir de um número bastante reduzido, concentrado próximo à igreja, no centro da vila, esses elementos da oferta local de serviços de hospedagem e alimentação disseminaram-se de tal maneira que hoje podem ser encontradas placas indicativas até mesmo ao longo de ruelas estreitas e antigas, de traçado sinuoso, aptas a serem transitadas tão-somente a pé e cujo solo é recoberto pela areia branca e fina, típica dos locais à beira-mar.

Mas talvez a maior evidência de que a Barra da Lagoa foi integrada ao roteiro principal dos turistas que demandam à Ilha é o próprio número de pessoas que, na Alta Temporada, transitam na parte mais antiga do vilarejo e, nos horários de maior freqüência, acotovelam-se na praia. Com efeito, as aglomerações de pessoas em frente aos bares e restaurantes diretamente voltados para a faixa de areia da orla servem para lembrar que, se é verdade que o engajamento da Barra ao turismo foi posterior ao dos balneários já consagrados da Costa Norte, na atualidade, guardadas as proporções, o turismo constitui fato também nesta localidade.

Portanto, é legítimo querer buscar o significado mais profundo do fenômeno turístico assim manifestado. A ampliação da trama urbana, a proliferação de novas atividades e a multiplicação dos freqüentadores da praia e dos usuários dos serviços de alimentação e hospedagem, são aspectos de um processo que, ao que tudo parece indicar, encontra-se célere em seu curso.

Constituiu uma das motivações da pesquisa de campo justamente a busca de uma visão mais nítida sobre o processo de mudança, e não só no que respeita à estrutura ocupacional da mão-de-obra. O que se buscava era poder vislumbrar o potencial do turismo enquanto processo desestabilizador da "herança açoriana", quer dizer, da atividade tradicional da pesca, com as práticas associadas, e da própria estrutura de uma sociedade local cujos traços característicos podem ser percebidos até mesmo no modo de ocupação do solo.

TURISMO E ESTRUTURAS LOCAIS

Turismo e trabalho

A abordagem da relação entre crescimento turístico e ocupação da mão-de-obra deve ser iniciada com a seguinte colocação: se é verdade que vários são os moradores da Barra da Lagoa que demandam diariamente a sede do município para trabalhar, transparece também nas entrevistas que há pessoas do local que passaram a se ocupar com o turismo desde que a localidade foi efetivamente integrada ao roteiro turístico principal de Florianópolis.

A partir das várias manifestações de habitantes da localidade sobre o assunto, percebe-se que, de fato,

"os rapazes, na maioria, estão empregados na cidade... [porém] têm alguns filhos de pescador que no verão vão trabalhar em hotel e restaurante como garçom e vigia. [Assim] um vai trabalhar de balconista, outro de negócio de vigia aqui na Barra mesmo, outro em hotel quando chega a temporada... acontece muito do pessoal mais jovem trabalhar na temporada de garçom...até mesmo do pescador trabalhar de garçom...".

Uma senhora, proprietária de um pequeno hotel, respondeu da seguinte forma à pergunta "é comum filhos de pescadores mudarem de ocupação por causa do turismo?":

"E como! Tá acontecendo comigo! Tenho um filho de 26 anos que antes era bem pescador, trabalhava junto com o pai. Agora, depois que casou, não quer mais saber da pesca. Também já tá trabalhando com turismo. Ele aluga a casinha dele. E procura me dar uma mão aqui também, no hotel. Inclusive até tava arrumando um emprego de motorista aí nesses hotéis maiores, que têm aqueles transportes prá conhecer as ilhas, as praias. Ele até queria arrumar um emprego sobre esse tipo de coisa mesmo. Como ele já tá gostando do turismo, por causa do turismo ele não quer mais pescar".

O envolvimento com o turismo tem a ver não somente com o trabalho de alguns habitantes em hotéis, bares e restaurantes. Há casos em que ocorre a abertura de negócios: *"tem gente que largou da pesca e foi trabalhar com turismo, continuando a morar na Barra da Lagoa; devem estar se dando bem"*. São pessoas que *"abriram negócios pro turismo"*. Entretanto, é claro que *"não tem muita gente que abre negócio pro turismo; é o pessoal que tem o capital..."*.

Nesta altura, é importante chamar a atenção para o seguinte: todas as manifestações sobre mudança na ocupação aparecem articuladas a uma apreciação sobre a atividade tradicional da localidade, isto é, a pesca artesanal. Os que abriram negócios voltados para o turismo, seja um pequeno hotel ou uma pousada, seja um restaurante ou um bar, justificam a iniciativa com um inviável *"tem que se virar, porque a pesca não dá"*. Os que mencionam o abandono gradativo desta atividade pelos mais jovens fazem questão de esclarecer que a *"pescaria está cada vez mais difícil"*; que, na verdade, *"a pescaria não está dando nada"* e que, portanto, dela *"não dá mais prá viver"*. É tão forte a idéia de que *"pela pescaria o pescador morre de fome"*, que entre as maiores

preocupações dos moradores com filhos ainda pequenos parece estar aquela relacionada à expectativa de "conseguir botar o filho num serviço melhor, que é prá sair da pesca".

Pistas sobre a situação da pesca na Barra da lagoa são fornecidas pelas seguintes observações : "pescaria aqui, só pros donos de parelha mesmo"; "aqui é bom prá quem tem o capital, quem tem uma embarcação; aí dá; mas a pessoa trabalhando de proeiro, não dá"; "o proprietário tem possibilidade de crescer, pois acumula, e quem ganha uma parte só, é só aquilo". Mas não são mencionadas apenas as vantagens relativas dos donos de equipamentos. Citam-se como particularmente prejudiciais a pesca em escala industrial e a ação do intermediário.

O crescimento da pesca industrial tem sido notável em Santa Catarina. Sua participação na captura total evoluiu de 50% para 90% entre 1976 e 1986 (SUDEPE, 1987). Para os pescadores artesanais o problema interposto por essa evolução relaciona-se à forma como a pesca industrial é praticada. Conforme os pescadores da Barra da Lagoa, "os barcos grandes estragam tudo aí fora". Eles "é que estão acabando com a pesca; vêm lá do Rio Grande até aqui o nosso mar. Dão um arrasto, matam 20 toneladas e dá prá apurar 1 tonelada. Dezenove eles botam fora...". Ainda mais, se "antigamente o pescador pescava nos botes, a poucas milhas fora da costa, hoje é preciso ir onde passa o navio cargueiro", porque "os barcos grandes vêm até aqui onde a gente vai de calça arregaçada, vêm quase encalhar prá carregar aquele peixe que nós matamos".

Ao referido somam-se dificuldades ao nível da comercialização. Nesse plano, a questão principal tem a ver com a atividade do intermediário (ou "pombeiro"). Torrens (1984) descreve da seguinte forma a intermediação na Barra da Lagoa:

"Nesta comunidade (...) existem dois grandes 'pombeiros', que compram peixe dos pescadores durante todo o ano. O nível de atrelamento (...) é tão aberrante que qualquer pessoa desinformada percebe, pois o intermediário não permite ao pescador vender a sua produção a turistas: o peixe é desembarcado em caixas plásticas, sendo em seguida levado ao caminhão frigorífico estacionado na beira do canal, onde é pesado; só então o turista pode comprá-lo do 'pombeiro'. Evidentemente, o preço pago (...) é no mínimo o dobro do preço fixado para o pescador artesanal"(p. 29).

As entrevistas indicam que os pescadores têm consciência da espoliação : "o pescador é explorado pelo atravessador do peixe; pegam por uma mixaria e vendem na frente do pescador por um dinheirão. É deboche!". En-

tretanto, quando se menciona a busca de alternativas, como a criação de uma cooperativa que elimine a intermediação, vêm à tona aspectos da vida local algumas vezes de difícil aceitação por quem não pertence à comunidade. Estes têm a ver, em muitos casos, com a existência de antigos laços de amizade e mesmo de parentesco, relações que garantiram alívio em situações difíceis no passado, tanto na forma de auxílio para substituição ou reparação de equipamentos avariados, como na de apoio (inclusive financeiro) em casos de problemas de saúde. São relações perceptíveis somente ao nível comunitário, as quais, aparentemente, caracterizam diversos núcleos pesqueiros (Silva, 1989).

O abandono da pesca relaciona-se assim às condições em que se desenvolve a atividade na Barra da Lagoa e em outras comunidades pesqueiras artesanais. Aliados a outros fatores, como a própria vontade de mudar de ocupação e de modo de vida, os problemas mencionados têm induzido vários habitantes a buscar emprego fora do local. Haja vista a relativa proximidade do núcleo urbano principal, potencializada pela melhoria nas condições de acesso, é principalmente nas atividades de comércio e serviços (inclusive públicos) de Florianópolis que se dá a busca de postos de trabalho.

Justifica-se assim a indagação: em vista do exposto, pode o turismo ser negligenciado como elemento explicativo das transformações mais recentes em termos de ocupação da força de trabalho na Barra da Lagoa?

A resposta é negativa. O turismo opera como um "lubrificante" da engrenagem que produz as transformações, ampliando e acelerando o processo de abandono das atividades tradicionais. Ampliando porque, ao acenar com chances de novas ocupações na própria localidade, reduz a indecisão sobre, por exemplo, largar a pesca. Os que titubeavam frente à idéia do deslocamento diário para outros locais, e/ou por se preocuparem com questões do tipo "onde arrumar outro trabalho?" e "que outras coisas fazer?", passaram a testemunhar experiências de vizinhos e outros conhecidos que agregaram o turismo ao horizonte de suas atividades. Isso sem dúvida constituiu um estimulante: conforme um entrevistado, *"o turismo prá mim ainda não favoreceu, mas prá muita gente, sim; amanhã ou depois eu também posso arrumar um serviço ali, num hotel, como vigia, prá escamar um peixe ou prá lavar um tempero, qualquer coisa..."*. E o turismo acelera as transformações justamente porque contribui para precipitar a decisão de mudar: a possibilidade imediata de uma ocupação diferente pode abreviar consideravelmente o período de maturação da idéia de *"modificar a profissão"*.

Quase 2/3 dos efetivos engajados nos serviços de hospedagem e alimentação pesquisados eram originários da própria Barra da Lagoa, uma participação que aumentava para 86% no caso da hospedagem. Deste modo, ainda que corresponda a somente um elemento do processo de transfor-

mação ocupacional, o turismo mostra-se, não obstante, um significativo tributário deste, posto que o torna mais veloz e amplo.

Um aspecto a realçar tem a ver com as características da utilização da mão-de-obra local pelo turismo.

Sobre os tipos de tarefas efetuadas na localidade, percebe-se que trabalhar no turismo tem significado principalmente atuar como garçom, cozinheiro ou ajudante de cozinheiro, vigia, faxineira e camareira, entre outras ocupações do gênero. Nos serviços onde a caracterização pôde ser realizada através das entrevistas, observou-se que mais de 2/3 da mão-de-obra ocupada vinculavam-se a tarefas outras que as de gerência/administração. Essa participação era elevada notadamente nos serviços de alimentação, atingindo 85% do total.

No que toca à origem dos efetivos responsáveis pelas tarefas subalternas, percebeu-se que 75% eram originários da própria comunidade. Nos serviços ligados à hospedagem a totalidade do pessoal vinculado a essas tarefas era da Barra da Lagoa. Com efeito, mais de um entrevistado fez referência à utilização de moças, filhas de pescadores, como camareiras e faxineiras tanto no local como em praias próximas. A utilização de pessoas do local para tarefas que não requerem nenhum treinamento específico caracteriza igualmente outras localidades alcançadas pelo turismo, como Lagoinha, no Norte da Ilha de Santa Catarina (Beck, 1979). Nestas, observa-se igualmente o particular envolvimento de mulheres em tarefas de limpeza e manutenção doméstica, tanto em hotéis como em casas de veraneio (Beck et alii, 1983).

Todo o referido remete ao problema da remuneração. E sobre o assunto é sugestivo o que disse um pescador sobre o trabalho de uma filha que ocupava a função de cozinheira num restaurante da Lagoa da Conceição e o de uma afilhada engajada como camareira num hotel da Praia Mole: "*não, não pagam bem. É um pouquinho mais do que o salário. É o salário mínimo, uma coisinha a mais...*".

Os baixos níveis de remuneração caracterizam, de fato, a maioria das atividades turísticas situadas nos núcleos tradicionais. É o caso das comunidades pesqueiras em todo o litoral catarinense, onde beira-se o subassalariamento (Beck, 1983), e também o de núcleos de pesca artesanal na região Sudeste do país (Hoefle, 1989). Mesmo em situações não caracterizadas como de núcleo pesqueiro tal característica é observada: em Natal, no Nordeste brasileiro, uma cidade que se firmou como polo de atração turística, constatou-se que os "rendimentos auferidos nas atividades turísticas reproduzem a característica da subremuneração vigente no Nordeste e o quadro de desigualdade social (...)" (UFRN, s/d, p. 47). O mesmo é observado em diversos núcleos turísticos em outros países do Terceiro Mundo (Saal, 1987).

Outro importante aspecto da ocupação em atividades ligadas ao turismo refere à sazonalidade. Este é, talvez, o traço mais saliente na utilização de

pessoas da Barra da Lagoa em serviços de hospedagem e alimentação. O caráter sazonal, envolvendo a desativação (ou pelo menos a marcada redução) de diversas atividades ao término da Alta Temporada, esteve presente nas manifestações de todos os responsáveis por negócios turísticos. As reações à queda no movimento variam do fechamento, pura e simplesmente, à abertura apenas nos fins de semana. Constatou-se a existência de somente um hotel e um restaurante abertos o ano inteiro: no primeiro caso, porque a família habitava o próprio imóvel; no segundo, porque a existência de uma clientela "cativa", da cidade, estimulava o funcionamento.

Seja como for, em todos os negócios em que as tarefas não dependiam exclusivamente dos membros da família, o final do verão significava dispensa de mão-de-obra. Num dos campings, das 7 pessoas presentes na Alta Temporada, apenas 2 iriam permanecer durante mais algum tempo, justamente o casal responsável pela administração, aliás originário de fora do município. Num apart-hotel que, apesar do "*movimento fraquíssimo*", continuaria alguns meses em funcionamento, dos 5 empregados em atividade no verão somente 3 iriam ficar: um que "*toma conta*", o vigia e apenas uma faxineira, já que, "*passou a temporada, não dá prá pagar todo mundo*". Mesmo no hotel que permanece aberto, pelo fato dos proprietários habitarem o imóvel, "*no inverno nem precisa de faxineira; só dezembro, janeiro, fevereiro e um pouco em março*".

Portanto, na Barra da Lagoa, oportunidade de trabalho no turismo "*é só no verão; emprego definitivamente não tem nenhum aqui*", conforme enfatizou um pescador, pai de uma empregada em restaurante. Como se infere, tanto quanto a má remuneração, associada aos tipos de tarefas realizadas, o caráter temporário é típico da ocupação de mão-de-obra local nos núcleos tradicionais atingidos pelo crescimento turístico.

Em associação com a sazonalidade, deve ser mencionada a carência de regulamentação trabalhista. Segundo depoimento do presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio Hoteleiro e Similares do Estado de Santa Catarina, colhido em entrevista realizada pelo autor em março de 1990, as irregularidades no engajamento de pessoal e os baixíssimos níveis de remuneração são características marcantes do trabalho ligado ao turismo. E no contexto catarinense, este parece ser o caso principalmente em Florianópolis, já que, conforme a entrevista mencionada, numa cidade também turística como Blumenau o nível salarial mostra-se mais elevado.

O problema da pressão imobiliária

Outro assunto merecedor de atenção, numa localidade que observa a expansão da atividade turística, refere ao assédio por parte de pessoas externas à comunidade no tocante aos terrenos e aos imóveis em geral. Em regra, a

condição de núcleo turístico, de balneário muito freqüentado, é acompanhada de uma modificação na propriedade dos imóveis locais. Resulta disso que a própria paisagem sofre alterações: às casas da população local, na maioria rústicas e de certa forma típicas, vêm juntar-se residências de veraneio e outros imóveis cujo uso varia do domiciliar aos referentes a hospedagem, alimentação, lazer e outros de natureza comercial, quase sempre em contraste, na aparência, com as edificações tradicionais.

Mas a mudança no padrão e no uso das edificações não constitui o único aspecto a ser observado. É importante também destacar que o aumento da procura por imóveis intensifica a especulação imobiliária. Por outro lado, deve-se ter em perspectiva que a venda de terrenos por parte dos pescadores pode significar - ou aprofundar - o rompimento com atividades tradicionais, em virtude do deslocamento das populações para outras áreas, em geral a periferia das cidades mais próximas.

Fuster (1971) sugere que, desde que o turismo passa a ocorrer, a especulação imobiliária aparece como um processo quase normal: "a incidência do turismo, com sua necessidade de bens e serviços, faz florescer a especulação sobre o solo turístico, provocando uma supervvalorização dos terrenos aptos à edificação de hotéis, apartamentos, etc (...)" (p. 32). Um detalhe a ser salientado é que, suscitando a construção de luxo, haja vista a maior rapidez na amortização dos imóveis correspondentes a tal faixa de mercado, a especulação age no sentido de dificultar a expansão do turismo voltado à população de médio e reduzido poder aquisitivo. Mais: uma vez imposto o imóvel de luxo como padrão, a prática especulativa tende a uniformizar a paisagem, transformando o que antes era exótico e/ou bucólico e retirando a tipicidade e a personalidade dos núcleos ditos tradicionais (Guimarães, 1988).

A observação do presidente da Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina, de que "o pescador perdeu espaço e estímulo, mudou de atividade, virou favelado urbano" (Agropecuária Catarinense, 1989, p. 26), permite agregar à discussão o problema referente ao deslocamento de habitantes de localidades litorâneas guindadas à condição de núcleo turístico. No Brasil como um todo a invasão crescente da urbanização em terras junto às lagunas e praias fechadas "tem levado a uma expulsão dos pequenos produtores para áreas sempre mais distantes da praia" (Diegues, 1989, p. 10). Na costa catarinense, em particular, observou-se que "o afluxo turístico converge (...) para as áreas de (...) pesca artesanal, instalando-se na beira das praias e lagoas, determinando uma pressão ocupacional que está deslocando os próprios pescadores (...)" (Sierra de Ledo, 1983, p. 101). E nas comunidades do Sul da Ilha de Santa Catarina, percebeu-se que a "desarticulação econômica e social resultante da expansão urbana e do turismo (...) apresenta, ainda, uma outra variante: a expulsão da população (...)" (Beck e Lenzi, 1979, p. 8).

Na Barra da Lagoa a pressão imobiliária relacionada à expansão do turismo apresenta, simultaneamente, aspectos semelhantes e distintos ao que geralmente se observa na maioria das localidades tradicionais que assumem a condição de núcleo receptor de turistas.

A semelhança reside no fato de que tem sido elevada a procura por terrenos e a venda de lotes. Segundo alguns moradores, *"muita gente vendeu; hoje vale uma fortuna e eles deram..., na beira do mar"*. De fato, *"é comum o pescador vender o terreno pro turista, prá gente de Florianópolis e de fora, até argentino"*. Na verdade, entretanto, parece que *"quem compra é muito gente de fora: São Paulo, Porto Alegre, argentinos... Atualmente tem muito pouco terreno prá vender"*. *"Isso tudo que já tá comprado, com casas grandes, é quase tudo de gente de fora. De Florianópolis e de outros lugares... Vêm, passam o verão e resolvem comprar. Por exemplo, essa casa vale 10 mil, eles oferecem 15 e já ficam com ela"*. Desdobramentos imediatos: o preço da terra elevou-se brutalmente e a paisagem tradicional, de casas na maioria acanhadas, já apresenta diversificação, as edificações novas e muito mais caras servindo para lembrar que muito do exotismo apregoado pelos vendedores do "produto" turístico local já é sem dúvida coisa do passado.

A particularidade da relação entre crescimento turístico e pressão imobiliária na Barra da Lagoa diz respeito a que, aparentemente, não se verificou na localidade o típico processo de expulsão dos moradores locais, deplorado em tantos estudos sobre impacto do turismo em comunidades tradicionais. Com efeito, na Barra a venda de terrenos não parece sinônimo de abandono da comunidade e deslocamento da população para outros lugares. Conforme fez questão de frisar um pescador, *"o pessoal daqui vende terreno prá turista, mas não sai daqui; sempre guarda prá si e pros filhos"*. Ao que tudo indica, realmente, *"o pessoal que vende, vende só um pedaço e fica com outro; não se muda, fica por aqui..."*. De acordo com a explicação dada em outro depoimento, *"o pessoal que vende não sai daqui; guarda um pedaço prá si; vão dividindo entre os filhos; vendem os fundos mas ficam com a parte da frente"*. O relato de uma experiência de venda é ilustrativo: *"o nosso terreno pega daqui quase até a beira do rio. Então nós vendemos um pedacinho ali, porque tinha que vender... a pescaria fracassou...; o resto, é um pedacinho prá cada filho; não temos mais nada prá vender. O meu vizinho aí do lado também não tem mais nada, já vendeu o que tinha e agora também é um pedaço prá cada filho"*.

Turismo versus hábitos e costumes locais

Outro aspecto da expansão do turismo em localidades como a Barra da Lagoa respeita às modificações nos costumes e hábitos locais. Seja porque o turismo difunde valores e atitudes diferentes, seja porque as manifestações

culturais no núcleo receptor recebem estímulos que tendem a orientá-las para a comercialização, o fato é que a literatura tem identificado no turismo um forte potencial desestruturador da cultura, em termos gerais, das áreas onde se desenvolve.

Segundo Arrillaga (1976) o turismo de massa contribui para "terminar com a expressão folclórica tradicional, e tudo se faz para que aquele bárbaro visitante leve a triste imagem que lhe apraz, que para isso ele paga" (p. 290). Bouhdiba (1981), escrevendo sobre a Tunísia, observa que "o turismo transforma a mentalidade e introduz novas idéias a respeito de trabalho, de dinheiro e das relações interpessoais, ao mesmo tempo em que desfaz os últimos vínculos da população com sua religião e sua moral tradicionais" (p. 4). O motivo é que "o turismo introduz o comportamento de uma sociedade de desperdício em uma sociedade habituada com a frugalidade" (p. 7) e, igualmente, "desempenha a sua parte na transformação das normas de comportamento moral" (Ibid.). Deste modo, os "efeitos do turismo no conjunto de valores e atitudes tradicionais são inegáveis (...)"(Ibid.).

Nas comunidades pesqueiras de Santa Catarina observa-se que "é principalmente sobre a organização da cultura tradicional que as consequências do turismo podem ser melhor apreendidas. As manifestações culturais, como festas comemorativas de certos eventos (...), tendem a ser realizadas em datas que correspondem ao período de maior concentração de turistas (...)" (Beck, 1983, p. 59). O exemplo do artesanato, em especial a renda-de-bilro, é particularmente ilustrativo das repercussões do turismo sobre a cultura das comunidades litorâneas: de atividade restrita ao âmbito doméstico, esse artesanato transforma-se em objeto de comercialização (Beck et alli, 1981; Beck, 1987), um processo sem dúvida intensificado pelo turismo.

Na investigação sobre a Barra da Lagoa, as consequências da expansão do turismo sobre os hábitos e costumes podem ser abordadas privilegiando-se duas questões principais: as modificações dos hábitos de consumo, relacionados à condição local de núcleo pesqueiro artesanal outrora auto-suficiente, e aquelas nas atitudes e no comportamento geral no seio da comunidade.

Sobre os hábitos de consumo, é importante frisar que se a Barra, assim como outros núcleos litorâneos da região, gozou durante longo tempo da condição de auto-suficiência, hoje em dia muito pouco do que lá se consome tem origem local. Mais do que isso, muito do que lá se consome sequer é adquirido localmente. Sob a alegação de que os preços são muito elevados, mas também devido à falta de certos produtos, os entrevistados foram quase unâmines em afirmar que se deslocam até supermercados na sede do município para as compras. *"Quando preciso fazer compras, vou ao supermercado no Itacorubi [bairro de Florianópolis]. Aqui não tem e é tudo muito caro. Os vizinhos fazem a mesma coisa". "Aqui é um preço, lá é outro; você tira a passagem do ônibus e ainda ganha".*

Procedimento semelhante adotam os serviços de alimentação e hospedagem. Restaurantes e hotéis se abastecem diretamente na sede do município, em supermercados e no CEASA, ou através do que chamam de "atacadistas", comerciantes que passam de caminhão uma ou duas vezes por semana, fazendo entrega de mercadorias. Até mesmo os frutos do mar servidos nos restaurantes, quase todos especializados neste tipo de culinária, são, em alguns casos, provenientes de outras áreas: num restaurante soube-se que o camarão utilizado era comprado no Rio Grande do Sul. Esta informação causou assombro, tendo em vista a condição de núcleo pesqueiro ostentada pela comunidade e, particularmente, o fato desta situar-se próxima a uma lagoa e ao lado de um canal onde, segundo um pescador, "camarão aí pouco faltava prá entrar pela casa a dentro".

Pode-se, assim, ter uma idéia da distância percorrida, em relação ao estado de coisas de anos atrás, descrito com emoção pelos velhos pescadores.

"Isso aqui era lugar de muita plantação: mandioca, milho, feijão, alho, cebola, cana, de tudo. Você olhava esse morro aí, era até bonito de ver as roças de cana que tinha. Tinha uma lavoura tremenda aí nesse morro. Tinha muito engenho de farinha e prá cana. O meu velho tinha... e tinha lavoura. Não precisava comprar nada. Naquele tempo, ele chegava lá, fazia as roças, roçava, botava fogo. Eu mais a falecida minha mãe, nós é que trabalhava na terra. Depois chegava no dia que fosse prá plantar, ele ia lá fazer a plantação. E quem cuidava também era nós. Todo mundo fazia, não tinha uma pessoa que não tivesse a sua vaca. Aqui, esse campo aqui [hoje reserva florestal de Rio Vermelho, coberta de pinheiros] foi o campo da criação, muita criação, prá mais de 400-500 cabeças. Se você não tinha terreno no morro, se queria maior facilidade prá plantar, chegava no campo e metia a mão, chegava lá e roçava um pedaço grande, cercava e plantava no campo. É, naquele tempo era um tempo muito farturento, de muita coisa. Naquele tempo só o que não existia era dinheiro. De comida, era muita fartura. A gente comia o que queria, escolhia o que comer. Hoje não. O que a gente botava fora naquela época, se come hoje".

Este depoimento, carregado de melancolia, refere-se à época em que a Barra da Lagoa constituía uma comunidade agrícola-pesqueira, nos moldes do que se falou anteriormente. Não se tinha ainda a "especialização" na pesca, a transcrição da entrevista servindo inclusive para ilustrar o que foi dito sobre a evolução das relações entre agricultura de subsistência e pesca artesanal nos

núcleos de colonização açoriana da Ilha de Santa Catarina. Trata-se na Barra, como em quase todas as localidades, de um período já muito distante no tempo. O relato do pescador fotografa uma realidade que começou a mudar rápida e inexoravelmente a partir de uns 40, 50 anos atrás, segundo a memória dos mais idosos, tendo como causa, na visão peculiar porém recorrente destes, o fato de que *"os velhos foram morrendo"* e de que *"hoje a juventude só quer o mais fácil..."*.

Logo, a transformação de uma comunidade virtualmente auto-suficiente numa outra onde tudo o que é consumido provém de outros locais, isto é, a mudança na estrutura produtiva e a associada alteração nos hábitos e no padrão de consumo locais, é algo bastante anterior à expansão do turismo. Muito antes da "abertura" da Barra ao afluxo turístico, praticamente já não se cultivava em escala significativa na área.

Entretanto, não é menos verdade que o turismo contribuiu para a consolidação desse processo de transformação. A venda de terrenos, em resposta à pressão sobre a terra exercida por indivíduos de fora da comunidade, reduziu os espaços de que dispunham os moradores até mesmo para as hortas de fundo de quintal. Conforme uma entrevista, *"venderam esses terrenos aí tudo...não querem plantar"*; de acordo com uma outra, *"os terrenos diminuíram; querendo plantar agora, não tem como, porque os maiores terrenos foram vendidos"*. Ou ainda: *"veio o pessoal, comprou o terreno, aí foi faltando terreno prá plantar; principalmente os melhores prá plantar mandioca...hoje não tem onde plantar nem um pé de mandioca"*. Logo, se não é possível relacionar integralmente turismo e mudanças de hábitos alimentares e padrão de consumo, mostra-se problemático eximir a expansão urbana - e um de seus principais vetores, o turismo - de responsabilidade em relação ao processo.

Sobre o problema das novas atitudes no seio da comunidade, deve-se frisar que há muito a Barra da Lagoa teve afetados os hábitos locais. Já vai longe o tempo em que, nos finais de semana, *"uns faziam corda prá vender, outros tinham tear, teciam tecidos"*; tempos em que, à noite, *"as pessoas mais velhas, quando não iam prá pescaria, iam prá venda, conversavam uns com os outros; e a gente era rapaz pequeno e vivia brincando na praia... a gente se entreteia por ali..."*; nos finais de tarde os adultos se reuniam sobre uma esteira e, as vezes, *"pegavam a comer beiju com melado"* e, em outras, se *"pegava aquele tacho, enchia de cachaça e fazia aquela queimada e ia tomando..."*.

Tais hábitos se volatilizaram junto com o desaparecimento das condições materiais a que se associavam. A indústria doméstica se desarticulou e hoje compram-se a corda (de nylon...) e o tecido, ao invés de, respectivamente, trançar e tecer; as telenovelas e os noticiários da televisão são concorrentes poderosos das conversas defronte às vendas, durante a noite; o desaparecimento dos engenhos de farinha e de cana, assim como os alambiques,

simplesmente inviabilizou finais de tarde como os descritos acima. E a pesca noturna de camarão com tarrafa, à luz de candeia, verdadeiro passatempo num local onde o "*camarão abusava...trazia de batelão*", deve o seu brutal declínio ao fato de que, segundo os depoimentos, simplesmente "*acabaram com o camarão*".

Entretanto, o turismo teve responsabilidade direta no aparecimento de pelo menos um novo tipo de comportamento na Barra da Lagoa: o aluguel de residências durante o verão.

Na verdade, o aluguel de casas constitui o principal "evento" relacionado com o turismo para os habitantes da comunidade. Na visão destes, corresponde ao principal benefício: representa a possibilidade de um complemento à renda familiar, num período em que a pesca encontra-se no "defeso", ou seja, na entressafra. Segundo uma moradora, esposa de pescador, "*os turistas só vêm dois meses: janeiro e fevereiro; é nesse ponto que a gente aluga as casas, os quartinhos, e consegue um dinheirinho, prá depois se manter o ano todo*". Conforme outro depoimento, "*onde que nós estamos ganhando mais dinheiro hoje é no aluguel de casa...*". E está tão enraizada a idéia de que o turismo é sinônimo de renda suplementar obtida mediante aluguel que, tão logo o verão se aproxima, muitos moradores tratam de anunciar que suas residências encontram-se disponíveis.

Uma idéia do quanto os moradores engajaram-se na prática do aluguel para turistas é fornecida pela proporção das residências que na Alta Estação destinam-se para esta finalidade. Com base numa contagem de placas indicadoras de imóveis para alugar, realizada em janeiro de 1990 em todas as ruas, vielas e servidões do vilarejo e arredores, e a partir da relação estabelecida entre o total das indicações e o número de domicílios, levantado a partir do cadastro de consumidores de energia elétrica da CELESC,² chegou-se à estimativa de que pelo menos uma em cada quatro casas de famílias da localidade encontrava-se à disposição dos turistas.

O depoimento de uma esposa de pescador é ilustrativo do grau de engajamento da comunidade nesta prática:

"Esse negócio de alugar prá turista foi iniciado aqui pela nossa família. Há 5 anos nós construímos a casa nova e aí já partimos prá alugar. Muita gente começou a fazer isso. O ano passado muita gente alugou e esse ano acho que foram quase todos os que colocaram prá alugar. Tem muito pouca família

² Trata-se dos imóveis que no rol da CELESC apareciam como residências de não-veranistas. Consideraram-se somente esses imóveis porque a quase totalidade das placas "Aluga-se" estava afixada em propriedades cujo aspecto indicava claramente pertencerem a famílias do próprio local.

que não alugou; não alugou porque não tiveram prá onde ir. A gente, quando construiu a casa, em seguida fez mais um aumentozinho atrás, separado da casa, porque a gente pensava já em alugar e passar prá trás. Esse ano que passou, a gente pensou já em construir esses quartinhos aqui, aos poucos, prá alugar. Mas aí a gente pensou também em juntar a minha irmã, alugar a casinha dela, e então ficamos aqui nesse quarto que a gente não alugou, e botamos os filhos e a mãe tudo prá cá... A gente se junta; 2, 3 famílias da mesma família, numa casa só, prá poder alugar 3 ou 4 casas".

O teor da entrevista não só representa um eloquente testemunho sobre o nível de engajamento das famílias locais na "nova atitude", como também permite uma visão sobre o significado desta prática em termos de mudanças no comportamento das pessoas. Na Alta Estação, as famílias simplesmente abrem mão da sua rotina, dispensam o conforto que lhes podem oferecer as suas residências e literalmente se amontoam, até com outras famílias. Os espaços de transferência são exíguos, como se observa no relato; algumas vezes trata-se mesmo de pequenos e rústicos ranchos, ocorrendo inclusive o uso de barracas, instaladas nos fundos de quintal, como pôde ser verificado diretamente.

CRESCIMENTO TURÍSTICO: LUZES E SOMBRA

Desde a "descoberta" pelo turismo, e com a consolidação desta atividade, a Barra da Lagoa transforma-se em cada verão. Os habitantes passam a conviver com inúmeras pessoas jamais vistas, que ocupam barulhentamente hotéis, pousadas, campings, restaurantes, bares e a praia. Alguns moradores viram as costas aos afazeres rotineiros e procuraram algum rendimento com trabalhos que envolvem contato direto com turistas. Na expectativa de um resultado que contribua para melhorar durante alguns meses um orçamento doméstico no mais das vezes minguado, famílias inteiras dispõem-se a abandonar temporariamente suas residências e a enfrentar o período de maior calor em condições de extremo desconforto. Em resumo, o turismo efetivamente "mexe" com a comunidade.

Para a maioria dos entrevistados, a transformação passageira do vilarejo em balneário constitui algo positivo. Claro que há unanimidade em torno disso entre os que exploram serviços turísticos e os comerciantes em geral. Na manifestação de todos, o argumento que sustenta a simpatia pelo turismo é um só: turismo significa dinheiro. Entre os moradores, os mais entusiastas são os que alugam as suas casas, o que requer não apenas a propriedade de um imóvel que, pela localização e as condições gerais, atraia o turista, mas tam-

bém a possibilidade de vagar a residência para que o turista a ocupe. Num caso como no outro, não são todos os que efetivamente podem se entusiasmar com o turismo; isso engendra uma situação que se poderia designar uma "polarização social no usufruto do turismo", objeto de referência mais adiante.

É importante ressaltar o seguinte: mesmo os que vislumbram no turismo uma fonte de benefícios, ligados à injeção de dinheiro na comunidade, não se furtam a apontar problemas decorrentes da expansão da atividade. Para uns, os turistas fazem barulho demais, problema ressentido notadamente durante a noite, quando o movimento nos bares e restaurantes - entremeados com as residências - e as concentrações de pessoas defronte as casas fazem mais de um nativo perder o sono, não raro chegando a dar origem a algum atrito. Para outros, a chegada em massa de turistas provoca aumento dos preços no comércio local, piorando uma situação que geralmente já induz os habitantes a se abastecerem em supermercados na sede do município. Outros referem-se à insegurança: no verão os roubos aumentam e houve quem falasse no perigo que envolve circular sozinho no vilarejo tarde da noite.

Há também a crítica mais visceral. À pergunta "o que o senhor acha do turismo na Barra?", um pescador de mais de 70 anos respondeu que para ele foi o que de pior podia acontecer. Motivo: as pessoas do lugar "perderam a liberdade" e sequer pescar no rio era mais possível, visto que não só as margens haviam sido compradas e cercadas, como também o próprio movimento, inclusive de embarcações, simplesmente dificultava demais quaisquer tentativas. Segundo Boyer (1972), trata-se de uma reação que caracteriza grande número de habitantes do meio rural atingido pelo turismo. Há uma desconfiança instintiva cujo nutriente básico é a idéia segundo a qual a presença do turista não beneficia senão os comerciantes, o respeito dos visitantes em relação aos aspectos da vida local inexiste e, por tudo isso, há prejuízo para as atividades tradicionais.

Particularmente interessante sobre a forma como a sociedade local percebe o turismo foi o depoimento da proprietária de um dos mais antigos hotéis da Barra. Observou-se que, ao mesmo tempo em que fascina os nativos, pelo burburinho e agitação e, sobretudo, pelos ganhos que proporciona através do aluguel, o turismo é visto como algo que "sufoca". A tal ponto que, a partir de uma certa altura, alguns moradores simplesmente não vêm a hora de terminar a Alta Estação. O turismo tiraria a essência, a privacidade e, principalmente, constituiria elemento estranho, invasor, num local onde ainda há uma certa tradição de costumes, uma "educação antiga". No dizer da moradora, percebe-se na Barra da Lagoa *"um encantamento com os turistas mas, ao mesmo tempo, um choque..."*.

O referido "choque", por certo um verdadeiro choque cultural entre pessoas com experiências e subjetividades diferentes, mas que, segundo um

estudo da Organização Mundial do Turismo, não está longe de estar ligado ao "fato de que uma destas pessoas está desfrutando o seu tempo livre e a outra está trabalhando (...) (OIT, 1985,p.15), às vezes degenera para algo mais agudo. Isso pôde ser observado na Barra da Lagoa, envolvendo os arrendatários de um restaurante e membros da comunidade: escorados em argumentos de que na Barra mandam os nativos, vizinhos acionaram inclusive a polícia para interromper atividades que comprometiam o sossego noturno.

Tal tipo de rusga não é desvinculado da tendência de polarização social que acompanha a penetração de agentes urbanos, intensificada pelo turismo, em comunidades tradicionais. Conforme assinala Hoefle (1989), isto surge à medida que o padrão de vida dos novos freqüentadores da localidade - turistas e veranistas em geral - é muitas vezes superior ao dos moradores, em particular aqueles que se engajam como caseiros e jardineiros e como serviços nos equipamentos de alimentação e hospedagem.

O atrito e a crítica mais ácida podem ser relacionados também ao fato dos benefícios do turismo não atingirem a todos na comunidade. Assim, as manifestações negativas viriam principalmente da parte dos que não são beneficiados. Percebe-se, realmente, que o turismo engendrou na Barra da Lagoa o que foi designado "polarização social no usufruto do turismo": de um lado, o nativo proprietário de imóvel ou imóveis para alugar, via de regra proprietário também de equipamentos de pesca; de outro lado, o nativo sem outra coisa além da pequena casa onde mora, geralmente precária e sem muitos atrativos para o turista em busca de um imóvel na localidade. Para os mais afortunados, os já "*bem de vida*", o turismo traz os benefícios assinalados nas entrevistas; para os outros, a maioria, isto é menos verdade.

Na relação turismo-comunidade reproduz-se, portanto, a clivagem, observada ao nível da sociedade como um todo, entre possuidores e não possuidores, entre mais afortunados e menos afortunados, separação que tende a se prolongar e agudizar. Deste modo, conforme ficou claro nos contatos com habitantes, o cotidiano passou a ser permeado de ressentimentos mais ou menos manifestos no seio da comunidade. Famílias que não conseguem alugar para turistas reclamam do turismo e criticam aquelas que têm sucesso; estas fazem referência às primeiras mencionando o que julgam ser despeito e inexistência de uma "cabeça esclarecida".

Outro aspecto a destacar é que o turismo parece criar uma atmosfera de prosperidade, de dinamismo, que desaparece tão logo a Alta Estação chega ao final. Isto é, a Barra da Lagoa do verão não é a mesma do inverno e o entusiasmo com a presença de serviços como atendimento médico condizente, por exemplo, transforma-se em decepção com o fim do movimento turístico. A partir de então, segundo depoimentos, qualquer necessidade maior em termos de saúde só pode encontrar assistência nas clínicas e hospitais da sede do município. Isto foi resumido por um pescador na fórmula segundo a qual "a

Barra tem duas formas de ser: uma no verão e outra no inverno, quando fecha tudo...".

Percebe-se uma certa amargura nas palavras, relacionada à convicção de que a comunidade é "utilizada" para o turismo. A implantação dos serviços contempla sobretudo a multiplicação de usuários nos meses de verão, parecendo contar pouco as necessidades cotidianas da população local. O sentimento de que as necessidades da comunidade não sensibilizam as autoridades transparece inclusive em depoimentos sobre o asfaltamento da via de acesso. O benefício é reconhecido, sem sombra de dúvida, porém sobressai nas conversas que a pavimentação não contemplava exatamente a população local. Na visão de moradores, o asfalto veio para e pelo turismo: pessoas de fora da comunidade adquiriram terrenos e, depois, conseguiram fazer com que a estrada ganhasse as condições atuais. É tão forte esse ponto de vista que um pescador chegou a dizer que "*se fosse pelo povo, nós nunca na vida tinha estrada aqui*".

Uma relativa amargura e um certo sentimento de "utilização" da comunidade para o usufruto e o lazer de outros, aliados a uma efetiva preocupação com o próprio futuro da comunidade enquanto núcleo pesqueiro artesanal, transparecem igualmente em manifestações sobre projetos referentes a grandes empreendimentos turísticos. Empreendimentos que, se materializados, significariam a integração definitiva da Barra da Lagoa ao tipo de expansão turística que caracterizou certos locais de Florianópolis nos últimos anos.

Os grandes projetos têm um significado particular: o desenvolvimento de um tipo de turismo diferente daquele observado na Barra da Lagoa, mais ou menos característico da localidade desde que esta passou a integrar o roteiro turístico principal de Florianópolis. Assim, representariam a evolução de um tipo de turismo sofisticado e de alto padrão, condizente com as características próprias dos complexos turísticos de categoria internacional.

Entre os nativos, são favoráveis aos grandes projetos os que exploram os serviços turísticos locais (ainda que não todos), pela presunção de que os negócios seriam beneficiados. Entretanto, é razoável admitir que não há certeza de favorecimento, pois a movimentação turística tendente a tomar corpo na órbita dos complexos turísticos seria de uma natureza diversa daquela que na atualidade traz resultados localmente considerados como positivos. De fato, é possível que a área passe a atrair uma fatia do mercado turístico muito mais exigente em termos de hospedagem e alimentação, com afastamento de outros segmentos de mercado e, em consequência, a atrofia até mesmo do "negócio" de aluguel de casas. A "valorização" dos terrenos, em função da própria existência dos complexos, provavelmente redundaria na venda de imóveis por parte dos moradores, desta vez inapelavelmente pressionados e, assim, finalmente deslocados para fora da comunidade.

Desta maneira, a confirmar-se o que presentemente se desvenda como probabilidade, uma resultante será a modificação inexorável do perfil original do núcleo. Isto poderia significar a desestruturação completa da atividade pesqueira artesanal, entre outras coisas em virtude do apelo, então irresistível, do trabalho subalterno e mal remunerado nas tarefas voltadas para o turismo, agora principalmente relacionadas com os próprios empreendimentos de grande porte. Corresponderia, por conseguinte, à efetiva dissolução dos traços distintivos da localidade, que passaria a configurar-se como mais um balneário na já extensa relação de núcleos litorâneos completamente destituídos de atributos locais.

Para finalizar, cabe expressar o ponto de vista de que o irresistível avanço do turismo nas diversas comunidades da Ilha de Santa Catarina deveria ter como contrapartida, pelo menos, um melhor atendimento das necessidades básicas das populações destes locais. O turismo pode auxiliar no fortalecimento das finanças de um município, já que trata-se de atividade potencialmente dinamizadora da economia local-regional e, portanto, capaz de contribuir para o aumento da arrecadação tributária. Porém, é preciso que a administração pública aproveite o potencial, o que requer capacitação. Só assim, e pelo correto exercício das funções públicas de planejamento, alocação de recursos e realização de obras, poderiam os ganhos proporcionados pelo turismo realmente beneficiar a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agropecuária Catarinense.** "Pescador perdeu espaço e estímulo", Florianópolis, v. 2, n. 4, dezembro de 1989, p. 26.
- Arrillaga, José I. de.** *Introdução ao estudo do turismo*. Rio de Janeiro, Editora Rio, 1976.
- Beck, Anamaria.** *Lavradores e pescadores - um estudo sobre trabalho familiar e trabalho acessório*. Florianópolis, UFSC, Trabalho apresentado ao Concurso de Professor Titular, 1979.
- Beck, Anamaria.** "A utilização dos recursos do mar através da história". In: *O mar e seus recursos*, Florianópolis, UFSC, 1980, p. 97-108.
- Beck, Anamaria.** "Comunidades pesqueiras e expansão capitalista". In: *O mar e seus recursos ictíicos*. Florianópolis, UFSC, 1983, p. 53-66.
- Beck, Anamaria.** "Artesanato e capitalismo: rendeiras e rendas na Ilha de Santa Catarina". *Boletim de Ciências Sociais*, Florianópolis, UFSC, n. 45, abr./jun. 1987, p. 3-19.
- Beck, Anamaria e LENZI, Maria Z.** *A situação sócio-econômica das populações do Sul da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis, UFSC, Relatório de Pesquisa, maio 1979.

- Beck, Anamaria et al. "Roça, pesca e renda: trabalho feminino e reprodução familiar". **Boletim de Ciências Sociais**, Florianópolis, UFSC, n. 23, out./dez. 1981, p. 21-32.
- Beck, Anamaria et al. "Trabalho limpo: a renda-de-bilro e a reprodução familiar". **Cadernos Anhatomirim**, 4, Florianópolis, UFSC, 1983.
- Berger, Paulo (Comp.). **Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. Florianópolis, Assembléia Legislativa, 1979.
- Bonald, Olímpio. "Turismo tropical, vocação regional e estratégia imperialista". **Caderno 4**, UNICAP, Recife, 1984.
- Bouhdiba, Abdelwahad. "Turismo de massa e tradições culturais". **O Correio da UNESCO**, Rio de Janeiro, 9(4), abr. 1981, p. 4-8.
- Bouillon, Roberto. **Turismo y medio ambiente**. Instituto Politécnico Nacional, Escuela Superior de Turismo, s/l, setembro de 1980. (Mimeo).
- Boyer, Marc. **Le tourisme**. Paris, Editions du Seuil, 1972.
- Cabral, Oswaldo R. "Os açorianos". Separata dos **Anais do 1º Congresso de História Catarinense**, Florianópolis, s/e, 1951.
- Cabral, Oswaldo R. **Nossa Senhora do Desterro - Notícia I**. Florianópolis, Imprensa da UFSC, 1971.
- Cabral, Oswaldo R. **Nossa Senhora do Desterro - Notícia II**. Florianópolis, Editora da UFSC, 1972.
- Diário Catarinense**, Florianópolis, 7/2/90, "Guia de Verão", p. 10.
- Diegues, Antonio C. S. **Pescadores, campões e trabalhadores do mar**. São Paulo, Ática, 1983.
- Diegues, Antonio C. S. "Tradição e mudança nas comunidades de pescadores do Brasil: por uma sócio-antropologia do mar". In: DIEGUES, A. C. S. (Org.). **Pesca artesanal: tradição e modernidade**. São Paulo, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil/IOUSP/F. Ford/UICN, 1989, p. 1-20.
- EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo. **Anuário Estatístico - 1989**. Rio de Janeiro, 1989.
- Fuster, Luís F. **Teoría y técnica del turismo**. Madri, Editora Nacional, tomo II, 1971.
- Guimarães, Edna M. "Impacto da urbanização sobre comunidades pesqueiras artesanais do município de Maricá". In: DIEGUES, Antonio C. S. e SALES, Renato R. de (Orgs.). **Ciências sociais e o mar no Brasil**. São Paulo, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil/IOUSP/F. Ford/UICN, Coletânea de trabalhos apresentados, n. 2, 1988, p. 92-98.
- Hoefle, Scott W. "A pesca de pequena escala ameaçada no Sudeste do Brasil: estratégias de capitalização frente à pesca empresarial e ao turismo no Sul fluminense". In: DIEGUES, Antonio C. S. (Org.). **Pesca artesanal: tradi-**

- ção e modernidade.** São Paulo, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil/IOU/SP/F. Ford/UICN, 1989, p. 151-177.
- Hubener, Laura M. **O movimento comercial do porto de Nossa Senhora do Desterro no Século XIX.** Florianópolis, Dissertação de Mestrado em História, UFSC, 1979.
- Jornal do Brasil**, 27/12/89.
- Kadt, Emanuel de. "Turismo e desenvolvimento". **O Correio da UNESCO**, Rio de Janeiro, 9(4), abr. 1981, p. 9.
- Krippendorf, Jost. **Sociologia do turismo.** Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1989.
- Lago, Paulo F. (Coord.). **Condições sociais e econômicas do pescador artesanal e aspectos da evolução da atividade pesqueira em Santa Catarina.** Resultados de pesquisas realizadas em 1966 sob o patrocínio do Acordo de Pesca, Florianópolis, maio de 1967. (Mimeo).
- Lins, Hoyêdo N. **A sócio-economia do turismo: investigação sobre o crescimento turístico recente em Florianópolis e algumas de suas implicações.** Florianópolis, UFSC-Departamento de Ciências Econômicas, março de 1991. (Mimeo).
- LUPI, João e LUPI, Suzana. **São João do Rio Vermelho.** Porto Alegre, Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, s/d.
- Madeley, John. "Turismo y Tercer Mundo". **Desarrollo y Cooperación**, Bonn, Fundación Alemana para el Desarrollo Internacional, n. 2, 1987, p. 4-5.
- OIT - Organización Mundial del Turismo. **Papel del Estado en la protección y promoción de la cultura, como factor de desarrollo turístico, y en la revalorización del patrimonio nacional de lugares y monumentos, así como de los parques y reservas naturales con fines turísticos.** Madri, 1985.
- Piazza, Walter F. **A mandioca e sua farinha** (Aspectos culturais na Ilha de Santa Catarina). Florianópolis, Faculdade Catarinense de Filosofia, 1956.
- Rios, Gilvando S. L. "A pesca artesanal como parte do setor de subsistência - sua abordagem sociológica". **Ciência e Cultura**, 28(4), abr. 1976, p. 397-406.
- Saal, Ulla. "Cuando los turistas llegaron... 'A quién le sirve el turismo internacional en el Tercer Mundo?'". **Desarrollo y Cooperación**, Bonn, Fundación Alemana para el Desarrollo Internacional, n. 2, 1987, pp. 8-11.
- Santos, Silvio C. dos. **Rio Vermelho: uma póvoa do interior da Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis, Comissão Catarinense de Folclore, 1963.
- Santos, Silvio C. dos. "A zona rural da Ilha de Santa Catarina". In: **Ensaios sobre sociologia e desenvolvimento em Santa Catarina.** Florianópolis, EDEME, 1971.

- Sierra de Ledo, Blanca. "A costa catarinense e a sua utilização pela pesca artesanal". In: **O mar e seus recursos ictíicos**. Florianópolis, UFSC, 1983, p. 95-102.
- Silva, Tânia E. M. da. "Os pequenos pescadores, trabalhadores para o capital". In: DIEGUES, Antonio C. S. (Org.). **Pesca artesanal: tradição e modernidade**. São Paulo, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil/IOUSP/F. Ford/UICM, 1989, p. 37-48.
- SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. **Anuário Estatístico-1987**. Florianópolis, Série Documentos, Informe Anual n. 16, 1987.
- Torreens, João C. S. **Avaliação Qualitativa - Componente A.41: Apoio à Pesca Artesanal**. Florianópolis, Projeto CPM/MINTER, maio de 1984. (Mimeo).
- UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Avaliação dos efeitos econômicos e sociais do turismo em Natal**. Programa de Pós-graduação em Administração, Relatório Final de Pesquisa, s/d.
- Várzea, Virgílio. **Santa Catarina - A Ilha**. Florianópolis. Editora Lunardelli, 1985 (1^a ed.: Rio de Janeiro, Companhia Tipográfica do Brasil, 1900).